

Notas para a história da reforma administrativa no Brasil

Preâmbulo

A reforma administrativa que está sendo processada no país, de 1930 para cá, é, por certo, o traço mais característico da obra governamental do Senhor Getúlio Vargas.

O nosso vertiginoso progresso material, que, de todos os lados, impressiona os observadores em êxtase, nada mais é do que efeito da causa remota, recôndita e ignorada por muitos, que se constitui, apenas, de um bom funcionamento da máquina administrativa.

Supõe a maioria das pessoas que a administração pública é uma simples troca de papéis entre mesas e repartições. Por isso, quando se fala em "reforma administrativa", a idéia que se generaliza é a de que o modo, o processo, o sistema de trocar êsses papéis é que vai ser modificado. Poucos são capazes de lobrigar as grandes e profundas repercussões do fato na vida nacional.

O verdadeiro sentido da Administração Pública é o de direção e orientação do povo, do país, da nação e não simplesmente das repartições. Como, entretanto, a administração se exerce por meio dêsses órgãos executores, supõem os menos avisados que a êsses mesmos órgãos fica a sua ação circunscrita.

Em virtude da displicência, do desleixo e da incapacidade de certos funcionários, a palavra burocracia passou a ter sentido pejorativo. Contra êsse sentido levantaram-se, porém, em boa hora, os homens encarregados da administração do país. Um sôpro de saneamento e de renovação percorreu, galvanizando-os, os velhos costumes desvirtuadores das finalidades precípua das repartições. Os incapazes, os desleixados e os displicentes foram postos à margem e a máquina administrativa em pouco adquiria novo potencial, abrindo ao progresso do país os horizontes reclamados pelas necessidades nacionais.

Êsse grande trabalho de saneamento e de renovação dos serviços públicos é, repetimos, o traço

mais característico da obra governamental do Senhor Getúlio Vargas.

Quando, de futuro, os historiadores tiverem de ocupar-se dêste vasto período da vida brasileira, é certo que irão deter-se na parte da reforma administrativa, como causa primacial do progresso verificado nos diferentes setores da nacionalidade.

Pensando na tarefa dêsses homens, nos ingentes trabalhos de pesquisa que terão de empreender através de documentos e arquivos, na deficiência de certos elementos, na carência de algumas informações, na confusão das fontes originárias e, mesmo, na destruição de comprovantes indispensáveis, ocorreu-nos a idéia de ir aqui reunindo, pouco a pouco, os principais dados concernentes à reforma que se está processando nos serviços públicos desde 1930.

Trata-se de observações colhidas diretamente por pessoa que tem sido testemunha de todos os atos e fatos administrativos ocorridos no país, daquele ano para cá. A sua enumeração cronológica e sistemática poderá, assim, facilitar, de muito, a tarefa dos futuros historiadores.

E' claro que melhor seria, nesse caso, elaborar, desde logo, a História da Reforma Administrativa no Brasil.

A História não nos parece, porém, terreno a ser palmilhado por testemunhas dos acontecimentos, nêles interessadas direta ou indiretamente.

Compreendendo, embora, passado, presente e futuro, já que abrange todos os fastos humanos, a História só domina o futuro e o presente depois que êstes se convertem no passado.

O passado termina sempre no dia de ontem e recomeça todos os dias. Não podemos, por isso, como contemporâneos dêsse perpétuo perecer e dêsse perene renascimento, situar devidamente os fatos, emprestando-lhes o relêvo verdadeiro que só o tempo lhes pode dar. A História vivida é obra, maior ou menor, de todos nós. A História, como relacionamento ou repositório escrito dos fastos de

um povo ou de uma época, só deve ser obra das gerações futuras.

A História não é, entretanto, uma simples relação de acontecimentos mais ou menos importantes. Não é só a apreciação unilateral dos grandes vultos e dos grandes gestos. Não é um simples apanhado de motivos de honra, de glória, de orgulho dos indivíduos ou das coletividades.

A História é um espelho da vida que passou e, como espelho, deve refletir o agradável e o desagradável, o acerto e o erro, o bom e o mau. Ela não é só Tiradentes, é também Joaquim Silvério.

Se a História servisse apenas para saciar a nossa curiosidade em torno das cousas do passado, o seu papel seria secundário na vida dos povos. Ela é, antes de tudo, uma fonte de exemplos e de ensinamentos em que procuramos retemperar-nos e inspirar nossas ações.

Os ensinamentos nos chegariam, entretanto, enfraquecidos e seriam, por assim dizer, inócuos, se os historiadores, através da narração minuciosa dos fatos, não criticassem êsses fatos convenientemente.

A crítica é, assim, um dos principais pontos de apoio da História e um dos maiores empecilhos a um relato fiel e sereno das cousas contemporâneas.

Criticar não é, como pensa muita gente, apenas apontar deficiências e defeitos nas cousas submetidas à observação. E' apreciar pormenorizada-mente os fatos, discuti-los, compará-los, medi-los, salientando-lhes os aspectos louváveis e procurando corrigir-lhes as imperfeições. Criticar é, sobretudo, interpretar aquilo que está em julgamento e, indo além dos fatos palpáveis, penetrar as intenções mais sutis, explicando-as e esclarecendo-as para entendimento dos espíritos menos penetrantes.

Eis porque é a crítica um dos principais elementos dos historiadores e eis porque ela torna praticamente sem valor todos os empreendimentos de história contemporânea.

Se, na apreciação de homens e fatos mergulhados na noite dos tempos, os historiadores deixam, apesar de tudo, transparecer simpatias e inclinações pessoais, tomando até partido no desenrolar dos acontecimentos, que dizer da exposição dos feitos contemporâneos, em que as personagens ou heróis aí estão, acotovelando-se conosco pelas esquinas? Como contornar as amizades, sufocar as antipatias, esquecer as conveniências e interesses

e, mesmo, abrir mão da própria segurança individual, para relatar, altruisticamente, à posteridade, cousas que, no presente, podem causar-nos as maiores contrariedades?

Os homens são sempre diferentes, vistos de longe ou de perto. A distância lhes empresta um caráter de paisagem que a aproximação paulatina vai destruindo. Tôdas as vêzes que traçamos o panegírico de uma personagem viva, estamos, insensível e paradoxalmente, a afastá-la de nós, colocando-a em plano mais distante, distanciamento êsse explicável, fisicamente, pela própria elevação decorrente do ato laudatório. Da mesma forma, sempre que procuramos diminuir, denegrir ou destruir a obra de um homem, estamos a aproximá-lo de nós, a colocá-lo ao alcance das nossas possibilidades restritas e dos nossos sentidos limitados.

Para julgar alguém ou alguma cousa, a distância é o principal fator da serenidade e da imparcialidade. Na História êsse fator se chama tempo.

Não nos abalancaremos, por isso, nas linhas que a estas se irão seguir, a empreender uma obra de caráter definitivo como deverá ter a História da Reforma Administrativa no Brasil. Elaborada agora, ainda em pleno desenvolvimento da reforma em questão, apresentaria ela, por certo, todos os vícios e defeitos inerentes aos trabalhos dessa natureza, em que os autores são, em maior ou menor parcela, no centro ou na periferia, parte integrante dos acontecimentos.

Preferimos limitar-nos a reunir cuidadosamente todo o copioso material já existente sobre a reforma administrativa, apresentando-o aqui em ordem cronológica, acompanhado de ligeiros comentários elucidativos, bem como da documentação comprovante que parecer necessária.

Os historiadores do futuro terão, assim, seus trabalhos de pesquisa grandemente facilitados e o público atual terá, por sua vez, um meio fácil de manter-se em contacto com o processo evolutivo da administração do país.

Em capítulos subseqüentes, apresentaremos, pois, os principais aspectos de que, até hoje, se tem revestido a reforma administrativa brasileira.

Solicitamos, entretanto, aos leitores coevos e porvindouros, que não vejam, no trabalho a iniciar-se, mais do que simples apontamentos destinados aos interessados e estudiosos.